UFSM

InterAção

ISSN 2357-7975
ACESSO ABERTO

IA., Santa Maria, v. 17, n. 3, e98628, p. 1-19, 2026 • https://dx.doi.org/10.5902/2357797598628
Submissão: 02/09/2026 • Aprovação: 14/09/2026 • Publicação: 02/10/2026

Artigos Dossiê

Discurso, dissuasão e guerra híbrida nos sites de defesa de Brasil e China

Discourse, deterrence and hybrid warfare on the defense ministry websites of Brazil and China

Karina Coelho Pires[I]

[I]Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo analisa, à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD) de vertente britânica, os discursos institucionais veiculados nos sítios eletrônicos oficiais do Ministério da Defesa do Brasil e do Ministério da Defesa Nacional da China, com foco nas estratégias de dissuasão, na guerra híbrida e na projeção de narrativas de segurança internacional. Adota-se abordagem qualitativa e comparativa, tomando as páginas oficiais como corpus e mobilizando as categorias analíticas de intertextualidade, interdiscursividade, modalidade e avaliatividade, articuladas aos três significados do discurso, acional, representacional e identificacional, propostos por Fairclough. Os resultados indicam que o discurso brasileiro constrói uma identidade legitimadora voltada para dentro, ancorada na transparência administrativa, no serviço ao cidadão e na tradição cívico-patriótica, ao passo que o discurso chinês projeta uma identidade de grande potência voltada para fora, assertiva quanto à soberania e estruturada pela diplomacia militar. Discute-se como esses discursos ativam hipóteses mentais, emoções e estereótipos, com implicações para a formação militar e para a concepção de recursos pedagógicos baseados na teoria cognitiva e na simulação de cenários. Conclui-se que a competência de leitura crítica do discurso constitui capacidade dissuasória e defensiva de primeira ordem diante das ameaças híbridas contemporâneas.

Palavras-chave: Defesa; Guerra híbrida; Estratégia de dissuasão; Identidade; Ideologia

Artigo publicado por InterAção sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

Abstract

Drawing on the British strand of Critical Discourse Analysis (CDA), this article examines the institutional discourses conveyed by the official websites of the Ministry of Defense of Brazil and the Ministry of National Defense of China, focusing on deterrence strategies, hybrid warfare and the projection of international security narratives. A qualitative and comparative approach is adopted, taking the official pages as corpus and mobilizing the analytical categories of intertextuality, interdiscursivity, modality and appraisal, articulated with the three meanings of discourse — actional, representational and identificational — proposed by Fairclough. The findings indicate that Brazilian discourse builds an inward-facing legitimizing identity, anchored in administrative transparency, citizen service and civic-patriotic tradition, whereas Chinese discourse projects an outward-facing great-power identity, assertive regarding sovereignty and structured by military diplomacy. The article discusses how these discourses activate mental hypotheses, emotions and stereotypes, with implications for military education and for the design of pedagogical resources based on cognitive theory and scenario simulation. It concludes that critical discourse literacy constitutes a first-order deterrent and defensive capability in the face of contemporary hybrid threats.

Keywords: Defense; Hybrid warfare; Deterrence strategy; Identity; Ideology

1 INTRODUÇÃO

O sítio eletrônico de um ministério da defesa não é um repositório neutro de informações administrativas. Ele é um texto, no sentido pleno que a Análise Crítica do Discurso confere ao termo: um evento social que, ao representar o mundo, agir sobre interlocutores e identificar atores, participa da construção e da disputa de sentidos sobre poder, soberania e ameaça. Cada página inicial, cada notícia sobre uma operação militar, cada seção de "missão, visão e valores" e cada fotografia de tropas em formatura seleciona, hierarquiza e naturaliza determinadas maneiras de ver a segurança e a defesa nacionais. Nesse sentido, comparar os discursos institucionais dos ministérios da defesa de dois Estados é, também, comparar dois projetos de identidade e duas formas de projetar poder no ambiente internacional.

Este artigo toma como objeto os discursos veiculados nos sítios oficiais do Ministério da Defesa do Brasil e do Ministério da Defesa Nacional da República Popular da China. A escolha não é casual. Brasil e China integram o mesmo agrupamento de potências emergentes do Sul Global, compartilham a preocupação com autonomia

estratégica e soberania e, ao mesmo tempo, ocupam posições assimétricas na hierarquia internacional de poder. O contraste entre suas superfícies discursivas oferece um laboratório privilegiado para observar como diferentes culturas estratégicas se materializam em escolhas linguísticas e semióticas, sobretudo no que tange a três temas interligados: a estratégia de dissuasão, a guerra híbrida e a segurança internacional.

Justifica-se a investigação por três razões. Em primeiro lugar, porque a guerra híbrida e as ameaças híbridas contemporâneas operam de modo decisivo no plano informacional e discursivo, valendo-se de desinformação, construção de narrativas históricas e manipulação de percepções, o que torna a análise do discurso institucional oficial uma ferramenta de defesa, e não apenas de descrição. Em segundo lugar, porque a dissuasão, inclusive a dissuasão por negação no ciberespaço, depende crucialmente de sinalização, isto é, de comunicar capacidade e resolução ao adversário, um problema que é, na sua raiz, discursivo. Em terceiro lugar, porque compreender como o discurso constrói identidades, legitima poder e projeta narrativas estratégicas é condição para formar profissionais militares capazes de resistir à captura cognitiva que caracteriza os conflitos do século XXI.

O objetivo geral do trabalho é analisar comparativamente como os discursos institucionais dos dois ministérios constroem identidades, legitimam relações de poder e projetam narrativas estratégicas relacionadas à dissuasão, à guerra híbrida e à segurança internacional. Como objetivos específicos, busca-se: descrever as escolhas linguístico-discursivas mobilizadas em cada sítio, a partir das categorias de intertextualidade, interdiscursividade, modalidade e avaliatividade; interpretar os sentidos identitários e ideológicos que emergem dessas escolhas; e relacionar os achados a uma proposta de recursos pedagógicos, baseados na teoria cognitiva, para a formação militar com ênfase em simulação de cenários.

O texto está organizado em seis seções, além desta introdução. A segunda apresenta o referencial teórico, articulando a ACD, a teoria cognitiva e os conceitos

de identidade e ideologia. A terceira descreve a metodologia. A quarta desenvolve a análise comparativa dos dois sítios. A quinta discute as implicações dos achados para a formação militar e sua integração a recursos pedagógicos cognitivos. A sexta sintetiza as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Análise Crítica do Discurso: linguagem, poder e ideologia

A Análise Crítica do Discurso, na vertente britânica consolidada por Norman Fairclough, define-se pela motivação de investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída e legitimada pelo uso do discurso (Resende; Ramalho, 2016). Não se trata de uma linguística formal nem de uma sociologia que ignore a linguagem, mas de uma abordagem transdisciplinar que concebe o discurso como parte irredutível da vida social, dialeticamente articulada a outros elementos das práticas. Nessa perspectiva, o discurso é, a um só tempo, moldado pelas relações de poder e ideologia e capaz de moldá-las, reproduzindo ou transformando estruturas de dominação (Faircough, 2016).

Fairclough (2003) propõe que o discurso figura nas práticas sociais de três modos, associados a três tipos de significado. O significado acional corresponde aos gêneros, isto é, aos modos de agir e interagir; o significado representacional corresponde aos discursos, isto é, aos modos de representar aspectos do mundo a partir de perspectivas particulares; e o significado identificacional corresponde aos estilos, isto é, aos modos de ser e de se identificar. Esses três significados não ocorrem isoladamente, mas se sustentam em relação dialética, o que permite analisar um mesmo texto como ação, representação e identificação simultaneamente.

A abordagem tem raízes na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, cujas premissas visam criticar e transformar a sociedade (Wodak; Meyer, 2009). Van Dijk (2015) acrescenta que a tarefa da ACD é explicar as relações entre discurso e poder social,

descrevendo como o abuso de poder é praticado, reproduzido e legitimado pelo texto e pela fala de instituições dominantes. Consideram-se, assim, dois níveis de análise: um macronível, relativo a poder, dominação e desigualdade, e um micronível, relativo ao uso concreto da linguagem, verificável na materialidade textual. É precisamente essa articulação entre o macro e o micro que torna a ACD apta a examinar discursos institucionais de defesa, nos quais escolhas linguísticas aparentemente banais veiculam projetos de poder.

Para operacionalizar a análise textual, a ACD dialoga com a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday, para quem a função social da língua é central à sua interpretação como sistema. Halliday (1985) distingue três macrofunções, ideacional, interpessoal e textual, que Fairclough recontextualiza como significados representacional, identificacional e acional, respectivamente. Desse arcabouço derivam as categorias analíticas mobilizadas neste estudo: a intertextualidade e a interdiscursividade, ligadas sobretudo à representação e à ação; a modalidade e a avaliatividade, ligadas sobretudo à identificação.

2.2 Teoria cognitiva: metacognição, mediação e ativação de hipóteses

Se a ACD explica como o discurso constrói sentidos, a teoria cognitiva ajuda a compreender por que esses sentidos são eficazes na modelagem de percepções e comportamentos. O conceito de metacognição, desenvolvido por Flavell, refere-se ao conhecimento que o sujeito tem sobre os próprios processos cognitivos e à capacidade de monitorá-los e regulá-los. Em contexto de defesa, a metacognição é a competência que permite ao profissional militar reconhecer que uma determinada narrativa está ativando nele hipóteses, emoções e estereótipos, e submeter essa ativação ao escrutínio crítico, em vez de reagir automaticamente. É, portanto, o antídoto cognitivo por excelência contra a manipulação informacional própria da guerra híbrida.

A perspectiva histórico-cultural de Vigotski contribui com a noção de mediação: os processos psicológicos superiores são mediados por signos e instrumentos culturais,

e o desenvolvimento cognitivo ocorre na interação social, na zona de desenvolvimento proximal, antes de se internalizar. Disso decorre uma consequência pedagógica direta: a leitura crítica do discurso não é uma habilidade inata, mas uma capacidade que se constrói socialmente, por meio de mediação intencional e de instrumentos adequados, entre os quais se incluem os recursos de simulação de cenários. Fisher, por sua vez, ao desenvolver programas de ensino do pensar, sustenta que habilidades de pensamento crítico e reflexivo podem e devem ser explicitamente ensinadas, com apoio de mediação e de estratégias metacognitivas.

A articulação entre ACD e teoria cognitiva sustenta a hipótese central da seção de discussão: o discurso institucional de defesa, ao selecionar representações e mobilizar avaliações, ativa esquemas mentais que orientam percepção e comportamento. Formar militares capazes de defender-se de ameaças híbridas exige, por isso, desenvolver-lhes tanto a competência de análise crítica do discurso quanto a metacognição que a torna operante sob pressão.

2.3 Identidade e ideologia

A categoria de identidade é aqui compreendida como construção social e discursiva, e não como essência fixa. Hall (2006) descreve o sujeito da pós-modernidade como possuidor de identidades múltiplas e móveis, formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais é representado nos sistemas culturais. Woodward (2014) sublinha que identidade e diferença são mutuamente constitutivas: toda afirmação identitária é, também, demarcação de fronteira em relação a um outro. Castells (2018), por sua vez, distingue tipos de identidade coletiva e, em especial, a identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes para estender e racionalizar sua dominação, categoria particularmente útil para interpretar discursos estatais de defesa.

A ideologia, na acepção de Thompson (2011), refere-se às formas como o sentido, mobilizado por formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de

dominação. O discurso será ideológico na medida em que contribuir para instituir ou manter tais relações. Não se trata de "falsidade" oposta a uma "verdade", mas de um efeito de naturalização pelo qual arranjos históricos e contingentes de poder passam a ser percebidos como óbvios, necessários ou inevitáveis. Analisar criticamente o discurso institucional de defesa é, nesse sentido, desnaturalizar as evidências que ele produz, tornando visíveis as escolhas e os interesses que as sustentam.

2.4 Dissuasão e guerra híbrida: um problema discursivo

A estratégia de dissuasão consiste em influenciar o cálculo de um adversário de modo a demovê-lo de uma ação hostil, seja pela ameaça de retaliação (dissuasão por punição), seja pela demonstração de que a ação não alcançará seus objetivos (dissuasão por negação). Em ambos os casos, o mecanismo é comunicativo: dissuadir é sinalizar, de forma crível, capacidade e resolução. No ciberespaço, argumenta Pinho (2022), a dissuasão robusta apoia-se sobretudo na negação, isto é, na capacidade de impedir ou reduzir os efeitos de ações hostis, o que desloca o foco da retaliação para a resiliência e para a sinalização de preparo. A dimensão discursiva é, portanto, constitutiva da dissuasão, e não acessória.

A guerra híbrida, por sua vez, resiste a definição unívoca. Na linhagem norte-americana, associada a Hoffman (2007), designa a combinação, num mesmo espaço de batalha, de capacidades convencionais, táticas irregulares, atos terroristas e desordem criminal. Na linhagem russa, sistematizada por Korybko (2018), enfatiza a dimensão sociopolítica e informacional, descrevendo uma abordagem indireta e adaptativa que vai das "revoluções coloridas" à guerra não convencional, operando na chamada zona cinzenta entre a paz e a guerra (Alves; Macedo; Roahny, 2022). Há ainda a contribuição chinesa da "guerra irrestrita", de Liang e Xiangsui, que propõe o emprego combinado de meios militares e não militares, econômicos, jurídicos, culturais, cibernéticos, para compensar assimetrias de poder (Rodrigues, 2020).

O que unifica essas linhagens é o reconhecimento de que o centro de gravidade dos conflitos contemporâneos se desloca para a percepção. A guerra híbrida atua, cada vez mais, por meio de plataformas algorítmicas que potencializam a desinformação e a polarização (Castro, 2020), e por meio da construção de narrativas históricas fortes, ainda que incorretas ou parcialmente corretas, capazes de interferir em eleições, corroer a confiança institucional e desestabilizar governos (Fialho de Jesus, 2022). Se o alvo é a mente e a percepção, então a análise crítica do discurso e a formação da metacognição deixam de ser luxos acadêmicos e passam a integrar o núcleo da defesa nacional.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa, de natureza interpretativa e desenho comparativo, coerente com a concepção da ACD como abordagem teórico-metodológica textualmente orientada, pautada no texto em contexto (Ramalho; Resende, 2011). Não se busca generalização estatística, mas a compreensão densa de como sentidos são construídos em dois discursos institucionais situados. Assume-se, com Fairclough (2003), que a análise da vida social pode ser feita pela análise das práticas sociais e de sua dimensão semiótica, os textos.

O corpus é constituído pelas superfícies discursivas das páginas oficiais do Ministério da Defesa do Brasil e do Ministério da Defesa Nacional da China, tomadas em suas versões públicas na internet, incluindo a página inicial, as seções institucionais e as manchetes de notícias que organizam a autoapresentação de cada instituição. Trata-se de um corpus multimodal: além do texto verbal, consideram-se elementos semióticos como a hierarquia visual, a seleção temática das manchetes e a iconografia. Cabe registrar, como assunção metodológica explícita, que o sítio brasileiro foi analisado em português e o sítio chinês em sua versão oficial em inglês, o que se justifica por ser esta a face que o Estado chinês dirige deliberadamente à audiência internacional, escolha, ela própria, discursivamente significativa.

A geração de dados seguiu a lógica de identificação de um problema social com aspectos semióticos (Fairclough, 2003): a saber, como discursos oficiais de defesa constroem identidades e legitimam poder em torno da dissuasão, da guerra híbrida e da segurança internacional. Sobre o corpus, aplicaram-se quatro categorias analíticas, articuladas aos três significados do discurso: **Intertextualidade,** presença, no texto, de vozes e textos de outrem (documentos, leis, discursos), associada ao significado acional; permite observar quais autoridades e quais fontes são convocadas para sustentar o dizer institucional; **Interdiscursividade,** articulação de diferentes discursos (jurídico, cívico-patriótico, diplomático, desenvolvimentista, geopolítico) na constituição do texto, associada ao significado representacional; revela de que ordens de discurso cada ministério se apropria para representar a defesa; **Modalidade,** grau de comprometimento do enunciador com a verdade (modalidade epistêmica) e com a obrigação ou necessidade (modalidade deôntica), associada ao significado identificacional; evidencia como cada instituição se posiciona e constrói autoridade; **Avaliatividade,** recursos de atribuição de valores, afetos e julgamentos (Martin; White, 2007), também ligados ao significado identificacional; mostra o que cada discurso valora positiva ou negativamente e como mobiliza emoções.

O percurso analítico obedeceu às etapas propostas por Fairclough (2003): identificação do problema com aspectos semióticos; exame dos obstáculos à sua superação, mediante análise da conjuntura, da prática particular e do discurso; investigação da função do problema na ordem social; identificação de possibilidades de mudança; e reflexão crítica sobre a própria análise. As limitações do estudo são reconhecidas: o corpus é uma amostra de superfícies discursivas em um dado momento, sujeita a atualização; e a comparação entre línguas distintas exige cautela interpretativa. Tais limites, contudo, não invalidam os padrões discursivos identificados, que se mostram estáveis e convergentes com a literatura da área.

3.1 Declaração sobre o uso de inteligência artificial

Em conformidade com as diretrizes editoriais da revista e com a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica, declara-se que, na elaboração deste trabalho, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial generativa Claude (Anthropic) como recurso auxiliar. Seu emprego restringiu-se ao apoio à organização do referencial teórico, à revisão da redação e da coesão textual, ao levantamento e à sistematização de fontes previamente selecionadas pela autoria e à formatação do manuscrito conforme as normas do periódico. A concepção da pesquisa, a definição do problema, a construção do corpus, a análise discursiva, a interpretação dos resultados e as conclusões são de responsabilidade integral da autoria, que exerceu supervisão e validação crítica de todo o conteúdo produzido com assistência da ferramenta, assegurando os princípios de honestidade intelectual, responsabilidade e transparência.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DISCURSOS

4.1 O discurso do Ministério da Defesa do Brasil: identidade legitimadora e vocação interna

A superfície discursiva do sítio brasileiro organiza-se em torno de um eixo dominante: a transparência administrativa e o serviço ao cidadão. A arquitetura de navegação privilegia seções como “Acesso à Informação”, “Transparência e Prestação de Contas”, “Licitações e Contratos”, “Serviços para o Cidadão” e “Portal da Integridade”. Do ponto de vista da interdiscursividade, predomina a articulação entre um discurso jurídico-administrativo e um discurso de prestação de contas democrática. A defesa é representada, antes de tudo, como função de Estado submetida ao controle público e à legalidade, e não como projeção de força para o exterior.

No plano da intertextualidade, o discurso brasileiro convoca sistematicamente documentos oficiais como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa

e o Livro Branco de Defesa Nacional, além de estruturas de governança e planejamento estratégico setorial. Essas vozes conferem legitimidade técnico-institucional ao dizer, ancorando-o em um arcabouço normativo. É significativo que a cibersegurança apareça, na tradição documental brasileira, tratada como domínio setorial das Forças Armadas, sobretudo do Exército, com foco na proteção de infraestruturas, sem vínculo mais estreito com um projeto de desenvolvimento nacional (Araujo; Mendes, 2025).

As manchetes de notícias reforçam uma representação da defesa voltada para dentro do território e para a sociedade. Operações na faixa de fronteira com apreensões quantificadas, exercícios de operações de paz, participação em congressos acadêmicos, cerimônias como o Dia do Soldado e a Semana da Pátria compõem um mosaico em que se entrelaçam o discurso cívico-patriótico e o discurso de cooperação. A avaliatividade opera aqui de modo predominantemente positivo e afetivo: a valoração recai sobre a tradição, o civismo, a legalidade e a cooperação pacífica. A dissuasão, quando comparece, é implícita e defensiva, associada à presença nas fronteiras e à prontidão, e não à ostentação de capacidade ofensiva.

Quanto à modalidade, predomina a modalidade deôntica de baixa a média intensidade, típica do discurso administrativo: o Estado descreve deveres, procedimentos e serviços, comprometendo-se com padrões de conduta e conformidade. A autoridade se constrói menos pela afirmação categórica de poder e mais pela demonstração de correção procedimental e submissão à norma. O efeito identitário é o de uma instituição confiável, transparente e legalista.

O sentido ideológico que emerge é o de uma identidade legitimadora, na acepção de Castells (2018): o discurso padroniza, normaliza e racionaliza a inserção das Forças Armadas na ordem democrática, projetando a imagem de uma defesa a serviço do cidadão e da soberania territorial. Essa construção tem virtudes, reforça o controle civil e a transparência, mas revela também uma lacuna estratégica: ao concentrar-se na dimensão interna e administrativa, o discurso oficial pouco tematiza a guerra híbrida, a dissuasão ativa e a disputa informacional, precisamente os terrenos em que as ameaças contemporâneas mais operam. A ausência é, ela própria, discursivamente significativa.

4.2 O discurso do Ministério da Defesa Nacional da China: identidade de grande potência e vocação externa

A superfície discursiva do sítio chinês organiza-se em torno de um eixo distinto: a diplomacia militar e a projeção de poder no sistema internacional. As manchetes destacam reuniões ministeriais multilaterais, encontros bilaterais de alto nível com contrapartes estrangeiras, patrulhas conjuntas estratégicas, missões de escolta naval, operações de paz e ações de resgate em desastres. Do ponto de vista da interdiscursividade, predomina a articulação entre um discurso diplomático e um discurso geopolítico de grande potência, no qual a defesa é representada como agência ativa na ordem internacional.

A intertextualidade opera pela convocação recorrente da figura de autoridades de alto escalão, o ministro, o porta-voz oficial, cujas falas e réplicas estruturam a autoapresentação institucional. Chama a atenção a presença de um gênero discursivo de confronto controlado: a denúncia de condutas de terceiros. Quando o discurso qualifica manobras navais estrangeiras como violação da soberania e da segurança chinesas e as associa a uma "hegemonia de navegação", articula avaliatividade fortemente negativa dirigida ao outro e, simultaneamente, avaliatividade positiva dirigida à própria conduta, apresentada como legítima, responsável e estabilizadora.

A modalidade é aqui marcadamente mais alta e categórica do que no caso brasileiro. Predominam asserções epistêmicas de alto comprometimento com a verdade, afirmações taxativas sobre soberania, direitos e responsabilidades, e modalidade deôntica de alta intensidade, que estabelece o que deve e o que não deve ser feito por outros atores. O efeito identitário é o de uma potência segura de si, que fala de posição de força e reivindica para si o papel de guardiã da estabilidade regional e de contribuinte para uma "comunidade de futuro compartilhado da humanidade".

No plano representacional, o discurso chinês vincula estreitamente segurança e desenvolvimento nacional. A literatura comparada mostra que, enquanto o Brasil trata a cibersegurança como domínio militar setorial, a China a inscreve em

um arcabouço jurídico e estratégico amplo, alinhado ao fortalecimento do Estado e ao desenvolvimento do país, sob o lema de que não há segurança nacional sem cibersegurança (Araujo; Mendes, 2025). Essa integração confere ao discurso chinês uma coerência estratégica de longo prazo que se projeta para fora e articula defesa, tecnologia e soberania digital.

O sentido ideológico que emerge é o de uma identidade projetiva e assertiva, que constrói a diferença em relação a um outro, sobretudo a potência hegemônica cujas ações são representadas como desestabilizadoras, para afirmar a própria legitimidade. Trata-se de um discurso de dissuasão por sinalização: a exibição sistemática de capacidade (patrulhas, escoltas, exercícios) e de resolução (afirmações categóricas de soberania) comunica ao adversário, de forma crível, que ações hostis encontrarão resposta. A dissuasão, no caso chinês, é explícita, ativa e narrativamente construída.

4.3 Síntese comparativa: duas gramáticas da dissuasão

O confronto dos dois discursos revela duas gramáticas distintas de construção da defesa. O discurso brasileiro é predominantemente introvertido, administrativo e legalista: constrói uma identidade legitimadora voltada para o cidadão e para a legalidade, mobiliza avaliatividade cívico-patriótica e opera dissuasão implícita e defensiva. O discurso chinês é predominantemente extrovertido, diplomático e assertivo: constrói uma identidade de grande potência voltada para o sistema internacional, mobiliza avaliatividade de confronto controlado e opera dissuasão explícita por sinalização.

Essa diferença não é meramente estilística; ela materializa culturas estratégicas e posições distintas na hierarquia internacional. Onde o discurso brasileiro enfatiza transparência e prestação de contas, o chinês enfatiza soberania e responsabilidade sistêmica. Onde o brasileiro convoca documentos normativos internos, o chinês convoca a autoridade de dirigentes e a denúncia de condutas alheias. Onde o brasileiro modaliza com cautela deôntica administrativa, o chinês assere com alta modalidade

epistêmica. Ambos, no entanto, executam a mesma operação fundamental descrita pela ACD: constroem identidades, legitimam relações de poder e projetam narrativas estratégicas por meio de escolhas linguísticas e semióticas.

Do ponto de vista da guerra híbrida, o contraste é instrutivo. O discurso chinês evidencia consciência da disputa narrativa e a pratica ativamente, ocupando o espaço informacional com uma representação coerente de si. O discurso brasileiro, ao concentrar-se na dimensão interna e administrativa, deixa relativamente desguarnecido o terreno da disputa de narrativas, o mesmo terreno em que, segundo a literatura, as ameaças híbridas encontram sua principal via de atuação. Reconhecer essa assimetria discursiva é o primeiro passo para corrigi-la.

A literatura sobre ciberdissuasão sintetiza com precisão o deslocamento aqui observado, ao afirmar que, para um Estado de capacidades intermediárias, a robustez dissuasória repousa sobretudo na negação, na aptidão de impedir ou minorar os efeitos de ações hostis contra o interesse nacional (Pinho, 2022). Essa constatação, transposta para o plano discursivo, sugere que sinalizar resiliência e preparo é, em si, um ato dissuasório.

5 DISCUSSÃO: DO DISCURSO À FORMAÇÃO MILITAR COGNITIVA

Os achados da análise convergem para uma tese pedagógica. Se o discurso institucional de defesa constrói identidades, legitima poder e projeta narrativas, e se a guerra híbrida opera precisamente pela captura da percepção, então a formação militar contemporânea precisa desenvolver, de modo explícito e sistemático, a competência de leitura crítica do discurso. Essa competência é, ao mesmo tempo, defensiva (protege o profissional da manipulação informacional) e ofensiva no sentido legítimo (habilita a compreender e a contrapor narrativas adversárias).

É neste ponto que essa análise se articula ao projeto de pesquisa que a origina, voltado ao desenvolvimento de recursos pedagógicos baseados na teoria cognitiva para a formação militar, com ênfase em simulação de cenários. O mecanismo

psicológico a ser trabalhado é claro: o discurso, ao selecionar representações e mobilizar avaliações, ativa hipóteses mentais, emoções e estereótipos que orientam percepção e comportamento. Uma manchete que qualifica a manobra de um terceiro como “violação” e “hegemonia” não descreve apenas um fato; ativa no leitor um enquadramento moral e emocional que predispõe a uma resposta. Compreender esse mecanismo é condição para não ser capturado por ele.

A teoria cognitiva oferece os instrumentos para converter essa compreensão em capacidade treinável. A metacognição, na esteira de Flavell, permite ao profissional monitorar a própria ativação de esquemas diante de um discurso e submetê-la ao juízo crítico. A mediação, na esteira de Vigotski, indica que essa capacidade se constrói socialmente, na interação, com apoio de instrumentos culturais adequados. E o ensino explícito do pensar, na esteira de Fisher, autoriza tratar a leitura crítica do discurso como habilidade ensinável, e não como talento espontâneo.

A simulação de cenários é o instrumento pedagógico que integra esses elementos. Propõe-se que exercícios de formação apresentem aos militares corpora discursivos reais, como as próprias superfícies dos sítios de defesa analisadas neste estudo, e os conduzam, sob mediação, a: identificar as vozes convocadas (intertextualidade); reconhecer as ordens de discurso articuladas (interdiscursividade); avaliar o grau de comprometimento e autoridade do enunciador (modalidade); e explicitar os valores e afetos mobilizados (avaliatividade). Ao fazê-lo em ambiente simulado, o formando exercita a metacognição em condições controladas, desenvolvendo o hábito de desnaturalizar narrativas antes de reagir a elas.

Um roteiro possível de simulação parte da apresentação comparada de dois discursos institucionais sobre um mesmo evento de segurança, seguido da tarefa de mapear as escolhas discursivas de cada um e de antecipar os efeitos cognitivos que pretendem produzir. A etapa seguinte introduz uma injeção de desinformação, uma narrativa híbrida plausível, porém enganosa, e desafia o grupo a detectá-la mobilizando as categorias analíticas. A etapa final é reflexiva e metacognitiva: os

participantes explicitam quais hipóteses, emoções e estereótipos foram ativados neles próprios e como os submeteram a controle. Esse desenho articula ACD, teoria cognitiva e simulação em um único dispositivo formativo.

As implicações extrapolam a sala de aula. Uma força cujos quadros dominam a leitura crítica do discurso é mais resiliente às campanhas de desinformação que caracterizam a zona cinzenta, contribui para a dissuasão por negação, pois adversários informacionais encontram um público menos manipulável, e está mais apta a comunicar de forma estratégica a própria capacidade e resolução. A competência discursiva, nesse sentido, é capacidade de defesa. O contraste entre os discursos brasileiro e chinês, longe de ser um exercício meramente descritivo, oferece à formação militar um material autêntico para desenvolver essa capacidade.

6 CONCLUSÃO

Este artigo analisou comparativamente, à luz da Análise Crítica do Discurso, os discursos institucionais dos sítios oficiais dos ministérios da defesa do Brasil e da China, com foco na dissuasão, na guerra híbrida e na segurança internacional. A investigação mostrou que os dois discursos executam a mesma operação fundamental, construir identidades, legitimar poder e projetar narrativas estratégicas, mas o fazem por gramáticas opostas. O discurso brasileiro constrói uma identidade legitimadora, introvertida, administrativa e legalista, com dissuasão implícita e defensiva. O discurso chinês constrói uma identidade de grande potência, extrovertida, diplomática e assertiva, com dissuasão explícita por sinalização.

Metodologicamente, as categorias de intertextualidade, interdiscursividade, modalidade e avaliatividade mostraram-se produtivas para descrever e interpretar essas diferenças, confirmando a pertinência da ACD de vertente britânica para o estudo de discursos institucionais de defesa. Os achados dialogam com a literatura recente sobre cibersegurança comparada entre Brasil e China, sobre ciberdissuasão e sobre guerra híbrida, reforçando a tese de que o centro de gravidade dos conflitos contemporâneos se desloca para o plano da percepção e da narrativa.

A relevância para a defesa e a segurança internacional reside no reconhecimento de que o discurso é terreno de disputa estratégica. Uma assimetria discursiva, como a que se observou entre a assertividade narrativa chinesa e a introversão administrativa brasileira, tem consequências práticas na capacidade de cada Estado de projetar dissuasão e de resistir a ameaças híbridas. Ler criticamente o discurso do outro, e ter consciência do próprio, é, portanto, componente de política de defesa.

A contribuição pedagógica, por fim, materializa-se na proposta de integrar a análise crítica do discurso a recursos formativos baseados na teoria cognitiva e na simulação de cenários. Ao explicitar como o discurso ativa hipóteses mentais, emoções e estereótipos, e ao treinar, por mediação e metacognição, a capacidade de desnaturalizar narrativas, a formação militar desenvolve uma competência que é simultaneamente cognitiva e estratégica. Em um ambiente de segurança dominado pela guerra híbrida, formar profissionais capazes de pensar criticamente sobre o discurso é, talvez, a mais econômica e a mais eficaz das capacidades dissuasórias. Pesquisas futuras poderão ampliar o corpus, incorporar a análise multimodal sistemática das imagens e vídeos institucionais e validar empiricamente os dispositivos de simulação aqui propostos.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. W.; MACEDO, B. V. de; ROAHNY, L. O que é “guerra híbrida”? Notas para o estudo de formas complexas de interferência externa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 9, n. 1, p. 229-254, jan./jun. 2022.

ARAUJO, M.; MENDES, A. Cibersegurança como soberania nacional? Perspectivas do Brasil e da China. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, e7548, jun. 2025.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTRO, J. C. L. de. Máquinas de guerra híbrida em plataformas algorítmicas. **E-Compós**, v. 23, n. 1, p. 1-29, 2020.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coord. trad., rev. e pref. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FIALHO DE JESUS, H. Ameaças híbridas: o ciberespaço na guerra Rússia-Ucrânia. *In*: **Cisnes Negros: Segurança e Defesa do Ciberespaço**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. Londres: Edward Arnold, 1985.

HOFFMAN, F. G. **Conflict in the 21st century: the rise of hybrid wars**. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation: appraisal in English**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

PINHO, A. L. M. Ciberdefesa, ciberdissuasão e poder nacional no ciberespaço. *In*: **Cisnes Negros: Segurança e Defesa do Ciberespaço**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2022.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

RODRIGUES, F. da S. Guerra híbrida: por uma discussão conceitual. **Análise Estratégica**, v. 18, n. 4, p. 23-36, set./nov. 2020.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. Londres: Sage, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Autoria

1 Karina Coelho Pires

Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Catanduva; Bacharelado em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá; Mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba; Doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Coordenadora da Editora da UNIFA, Editora-chefe da Revista da UNIFA; Professora
https://orcid.org/0000-0002-1445-4885 • karinacoelhopires@gmail.com

Como citar este artigo

PIRES, K. C. Discurso, dissuasão e guerra híbrida nos sites de defesa de Brasil e China. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 3, e98628, p. 1-19, 2026. DOI 10.5902/2357797598628. Disponível em: https://dx.doi.org/10.5902/2357797598628. Acesso em: dia mês abreviado. ano.